



Murilo Barbosa (E) conversa com o presidente da comissão, Heráclito Fortes

Indicados para Antaq querem fortalecer a frota nacional

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou as indicações de dois diretores para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Os nomes de Murilo Corrêa Barbosa e Décio Mauro Rodrigues da Cunha serão ainda submetidos ao Plenário. A recomposição da frota mercante de bandeira brasileira é uma das prioridades dos indicados. Décio observou que a frota, além de reduzida, tem idade média superior a 20 anos. Murilo defendeu a implantação de escritórios regionais da Antaq. **Página 6**

Agentes de saúde serão contratados por seleção pública

O Plenário aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que permite contratar agentes comunitários de saúde por seleção pública em vez de concurso público. A matéria vai à promulgação. O líder do governo, Aloizio Mercadante, observou que o projeto estabelece que o agente tem que morar na comunidade por pelo menos dois anos. A proposta estaria, segundo Mercadante, apenas regularizando uma situação já existente. **Página 8**

Senado aprova proposta que restringe edição de medidas provisórias. "Esta é uma vitória da Casa, de todos os partidos", disse Antonio Carlos, autor do projeto

NOVAS REGRAS PARA MPs VÃO À CÂMARA



Marcio Mariz



Roosevelt Pinheiro



Célio Azevedo

Renan (foto menor, acima) e Antonio Carlos (D) celebram restrição a MPs, que recebeu apoio em Plenário (foto maior) de todos os partidos

RECESSO MENOR PARA O CONGRESSO

O recesso parlamentar do Congresso Nacional será reduzido de 90 para 55 dias. Os senadores aprovaram ontem proposta de emenda à Constituição que também determina que as convocações extraordinárias – para as quais não haverá pagamento de salário adicional – só poderão ocorrer se aprovadas pela

maioria absoluta do Senado e da Câmara. A proposta passará a valer quando for promulgada pelo Congresso, em data a ser definida pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. O recesso, segundo as novas regras, ocorrerá de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 a 31 de julho. **Página 3**



Fernando Bezerra (E) cumprimenta Renan, na presença de Jorge Bornhausen

Brasileiro poderá ter conta em dólar que venha do exterior

Empresas importadoras ou exportadoras poderão manter contas bancárias em moeda estrangeira no Brasil para pagamento e recebimento na mesma moeda. Projeto nesse sentido, elaborado por Renan Calheiros e Fernando Bezerra, foi apresentado ontem com a presença de setores empresariais. Renan observou que o lançamento do projeto representa apenas o início de um grande debate: as comissões promoverão audiências públicas e os interessados podem fazer sugestões também pela Internet. **Página 7**

União perde o monopólio sobre radioisótopos

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram a emenda constitucional que quebra o monopólio da União sobre radioisótopos para uso médico, agrícola e industrial. O objetivo da proposta de Jorge Bornhausen é permitir maior emprego de modernas tecnologias de medicina nuclear na detecção, em estágio inicial, de câncer, problemas cardíacos e doenças inflamatórias. Representantes médicos compareceram à sessão do Congresso. **Página 8**

Texto prevê despesas globais de R\$ 45,2 bi para o setor; desse total, R\$ 39,75 bi são destinados a gastos do SUS

Orçamento conclui votação do relatório setorial de Saúde

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem a apreciação do relatório da área de Saúde referente ao Orçamento de 2006. Dos 173 destaques apresentados ao texto-base, 168 foram rejeitados.

O relatório prevê despesas globais de R\$ 45,2 bilhões para a Saúde neste ano. Do total, R\$ 39,75 bilhões são recursos do Fundo Nacional da Saúde, para o Sistema

Único de Saúde (SUS).

O texto foi fechado com indicação do sub-relator, deputado Cláudio Cajado (PFL-BA), para que o relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), faça um acréscimo de R\$ 1,4 bilhão a esse orçamento, destinado às despesas com procedimentos de média e alta complexidade nos hospitais conveniados ao SUS e à compra de medicamentos de alto custo.



Cajado, sub-relator da área de Saúde, em reunião da CMO, presidida por Mestrinho (D)

Compensação a estados fica pendente

Também ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou o relatório setorial da área de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, elaborado pelo deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA). A decisão só foi possível depois que o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), fez um acordo com os partidos de oposi-

ção se comprometendo a aprovar o relatório geral somente depois que os recursos para compensar os estados exportadores com as perdas causadas pela Lei Kandir estiverem garantidos.

A comissão também iniciou a discussão do relatório setorial de Infra-Estrutura, do deputado José Priante (PMDB-PA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Plenário homenageia Dorothy Stang

Na hora do expediente da sessão de hoje, marcada para as 14h, os senadores vão homenagear a memória da religiosa e ambientalista americana Dorothy Stang, assassinada em

2005 no Pará. O Plenário também discute, em segundo turno, o projeto (PLS 13/06) que disciplina as súmulas vinculantes emitidas pelo Supremo Tribunal Federal.

CPI dos Correios pode convocar Duda e Dimas Toledo

As convocações do publicitário Duda Mendonça (foto) e do ex-diretor de Furnas Dimas Toledo estão na pauta da CPI dos Correios, que promove reunião administrativa às 10h. Os parlamentares integrantes da comissão também devem

aprovar uma restrição ao acesso dos dados sigilosos compartilhados pelas autoridades dos Estados Unidos. Às 12h, a CPI ouve o ministro Adylson Motta, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).



Acordos internacionais sobre defesa civil e crime organizado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para avaliar projetos que aprovam acordos internacionais. En-

tre as propostas estão o memorando de entendimento entre os governos do Brasil e do Equador na área de defesa civil e o protocolo contra a

fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional.

Sub-relatoria investiga denúncias de propina

A Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, ouve, às 11h, Carlos Augusto de Lima Sena, ex-diretor de Operações da Empresa Brasileira

de Correios e Telégrafos (ECT). De acordo com depoimentos, Sena teria recebido US\$ 20 mil da companhia aérea Beta, entregues por Roberto

Kfourri, que depõe às 16h. Às 14h, a sub-relatoria ouve Leandro Vergara Raimundi, presidente da Cobra Tecnologia.

Filho e nora de Haroldo Pororoca depõem à CPI

A partir das 10h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios (foto), ouve pessoas ligadas ao operador de mercado Haroldo Pororoca, alvo de denúncias sobre fundos

de pensão: o filho Christian Almeida Rego e a nora Rogéria Costa. Às 14h, depõem Renato Guerra Marques e Carlos Eduardo Lemos, representantes do fundo de pensão Prece.



Indicação para o STF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 9h30 para analisar a indicação da Presidência da República para o Supremo Tribunal Federal, Enrique Ricardo Lewandowski. Ele deve assumir a vaga de Carlos Mário da Silva Velloso, que se aposentou do cargo.

Relatório de Infra-Estrutura

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) volta a se reunir hoje, às 9h, para continuar a votação dos relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2006. Os integrantes da comissão retomam a discussão do relatório de Infra-Estrutura, do deputado José Priante (PMDB-PA).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

(61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Marco Maciel, Alvaro Dias e Mão Santa



Votação realizada ontem aprovou PEC que muda regras para convocação extraordinária

Recesso parlamentar será reduzido de 90 para 55 dias

Os senadores aprovaram ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 8/06) que reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar do Congresso. No primeiro turno, a emenda recebeu 57 votos favoráveis, e no segundo, 55. O voto do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) foi o único registrado contra, nos dois turnos de votação.

A PEC, que já havia sido aprovada pela Câmara, prevê dois períodos de recesso: de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 de julho a 31 de julho. Atualmente, o recesso ocorre de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro.

No primeiro ano de cada legislatura, no entanto, o recesso terá na prática apenas 54 dias, uma vez que a sessão preparatória para a posse dos deputados é realizada em 1º de fevereiro.

Convocação

As regras para convocações extraordinárias também foram alteradas. A partir da promulgação da PEC – em data a ser definida entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo –, as convocações só poderão ocorrer (inclusive quando a iniciativa da convocação partir do presidente da República) se forem aprovadas pela maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso

Nacional (Câmara e Senado).

O único caso em que a convocação não precisará ser aprovada pelos parlamentares é quando ela for feita pelo presidente do Senado e tiver um ou mais dos seguintes objetivos específicos: decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, pedido de autorização para a decretação de estado de sítio ou posse do presidente e do vice-presidente da República.

Quebra de interstícios

Para que a votação da PEC pudesse ser iniciada e finalizada no mesmo dia, o Plenário aprovou requerimento assinado por todos os líderes propondo a quebra dos interstícios regimentais. De acordo com as normas, a votação em primeiro turno de uma proposta de emenda constitucional se dá após transcorrida a quinta sessão de discussão. O número de sessões de discussão em segundo turno é três.

Além da PEC aprovada pelos senadores, estavam na ordem do dia três outras propostas (PEC 3/00, PEC 12/00 e PEC 14/01) sobre mudanças nos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária. Com a aprovação da PEC 8/06, as demais foram consideradas prejudicadas e encaminhadas ao arquivado.

"Esta é uma vitória de todos os partidos", diz Antonio Carlos Magalhães, autor da proposta. Mercadante espera que a Câmara dos Deputados faça alterações

Senado aprova e envia à Câmara proposta para controlar as MPs

A proposta de emenda à Constituição que altera a tramitação das medidas provisórias foi aprovada em segundo turno, ontem, pelos senadores. A PEC 72/05 será examinada agora pela Câmara. A matéria foi considerada pelos parlamentares uma das prioridades da convocação extraordinária e está entre as principais bandeiras do mandato de Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado.

– Este é um momento glorioso do Senado – afirmou Renan.

Foram oito sessões de discussão e duas votações – 58 votos a favor e 1 contra na segunda

– concluídas no 18º dia útil da convocação extraordinária. Diversos senadores, tanto da oposição quanto da bancada governista, exaltaram o resultado do esforço do Senado, considerando a aprovação da matéria uma vitória do Legislativo.

– Esta é uma vitória da Casa, de todos os partidos. Todos os partidos votaram sim – comemorou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), primeiro signatário da proposta.

Contrário à perda da "força de lei" das MPs – característica de ter seus efeitos vigorando a partir da data da publicação –, o líder



Todos os partidos votaram sim, ressalta Antonio Carlos, autor da proposta

do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que lutará pela rejeição desse ponto na Câmara dos Deputados.

Novas regras

- ▶ A principal alteração é que as MPs deixarão de ter "força de lei" a partir da publicação, submetendo-se obrigatoriamente à análise prévia do Congresso Nacional em relação aos critérios de relevância e urgência para sua admissibilidade. Dessa forma, as medidas do Executivo passarão a gerar efeitos apenas se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa onde a matéria tiver seu trâmite iniciado aprovar a admissibilidade. Para tanto, a comissão terá três dias para deliberar, com igual prazo para recurso em Plenário.
- ▶ As Casas do Congresso passam a alternar o papel de Casa iniciadora, cabendo à Mesa do Congresso a responsabilidade pela distribuição das medidas provisórias. Atualmente, o trâmite de todas as MPs começa pela Câmara dos Deputados.
- ▶ Também foi alterada a vigência das MPs, que deixa de ser de 60 dias com prorrogação por igual período, e passa a ser de um período de 120 dias improrrogável.
- ▶ O prazo para trancamento da pauta de deliberações, que hoje é de 45 dias e corre conjuntamente para ambas as Casas, passa a ser contado separadamente. Assim, 60 dias serão reservados para a Câmara dos Deputados apreciar a matéria, trancando a pauta a partir do 45º dia. Com relação ao Senado, o prazo para apreciação da MP será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia. Findos os prazos, a MP não pára; se a Casa iniciadora não tiver concluído a apreciação, ela segue à Casa revisora. Se a revisora não apreciar em tempo hábil, a MP vira projeto de lei em regime de urgência. Os 15 dias restantes servirão para a Casa iniciadora apreciar emendas da Casa revisora ou para conclusão da deliberação da primeira.
- ▶ O Executivo não poderá mais majorar tributos por meio de medida provisória.

Para Renan, acordo pela aprovação de PECs foi "momento glorioso"

Com base em acordo partidário, e sem pedidos de verificação de quórum, o Senado conseguiu aprovar ontem três propostas de emendas à Constituição consideradas polêmicas – a que muda o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional (PEC 72/05); a que reduz o recesso e impede o pagamento de salários extras a parlamentares

(PEC 8/06); e a que permite a contratação de agentes comunitários por seleção pública e não por concurso público (PEC 7/06).

Na condição de presidente do Congresso e responsável, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela convocação extraordinária, Renan Calheiros elogiou o trabalho dos líderes e a

presença dos parlamentares, que viabilizaram votações, em sua opinião, fundamentais ao país.

Visando cumprir a pauta acordada, foram necessárias 20 sessões extraordinárias, algumas com duração inferior a um minuto, para que formalmente as discussões e votações pudessem ser efetuadas.

– Foi um momento glorioso

para o Senado – afirmou Renan.

O expediente utilizado é constitucional e regulado pelos regimentos do Senado, da Câmara, e pelo Comum a ambas. Renan Calheiros informou que pretende promulgar as propostas de emenda à Constituição aprovadas em sessão do Congresso Nacional, a se realizar ainda no período da convocação extraordinária.



Renan: as três PECs aprovadas ontem devem ser promulgadas na convocação



Paim destaca que medidas eram usadas até "para comprar goiabada cascão"

Paim elogia Senado por mudar MPs

Paulo Paim (PT-RS) disse considerar "um avanço" a mudança no rito de tramitação das medidas provisórias.

— Até para comprar goiabada cascão as MPs foram usadas — afirma o senador, que elogiou o Senado pela coragem em restringir a possibilidade de o governo legislar por meio desse mecanismo. Afirmou que, mais adiante, o Legislativo deveria acabar com as MPs, que, em sua opinião, têm sido usadas "de maneira irresponsável" desde o início da vigência da atual Constituição.

Paim lembrou que votou a favor da instituição da medida provisória na Constituinte por considerá-la um bom instrumento legislativo em um possível governo parlamentarista, com o qual disse ter se identificado à época.

Plenário aprova indicações para a Anac

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Milton Sérgio Silveira Zuanazzi para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Denise Maria Ayres de Abreu para o cargo de diretora da agência.

Zuanazzi é engenheiro mecânico e já ocupou a Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande Sul; atualmente ocupa a Secretaria de Políticas do Turismo do Ministério do Turismo. Denise é formada em Direito pela PUC de São Paulo e já ocupou vários cargos de direção na administração pública estadual e federal.

Mercadante propõe que a repactuação se restrinja ao semi-árido e a micro, pequenos e médios produtores. Agripino quer votar ainda na convocação um texto consensual e sem risco de veto

Renegociação de dívidas rurais do Nordeste deve ser votada até terça

O projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que autoriza a repactuação das dívidas de produtores rurais do Nordeste deve ser votado pelo Plenário até a próxima terça-feira, quando termina o período de convocação extraordinária. Ontem, foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo líder do PFL, senador José Agripino (PFL), e apoiado pelo governo. A sessão de segunda-feira será deliberativa e o projeto deve constar da pauta.

Seriam beneficiados com a renegociação produtores da área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste

(Adene) com dívidas contraídas de setembro de 1999 ao fim do ano 2000. No caso de dívidas com o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), o período se estende de 1996 a 2000. A repactuação prevê prazo de pagamento de 25 anos, com encargos financeiros variáveis de 1,5% a 5% ao ano, crescente em função do valor do contrato.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu mudanças no projeto que veio da Câmara para que a renegociação se restrinja à região do semi-árido nordestino e aos micro, pequenos e médios produtores.

— Há demandas de toda ordem, mas o semi-árido nordestino é uma região extremamente carente, que tem recorrentemente problemas climáticos, deprimida economicamente, que precisa de um tratamento diferenciado — argumentou. Desde o início da década de 90, o Nordeste já passou por sete anos de seca e duas enchentes.

Já Agripino disse esperar votar na terça-feira um texto consensual e que não corra o risco de vir a sofrer vetos do presidente da República.

— Uma das metas da convocação extraordinária é votarmos essa matéria — lembrou o senador.



Alvaro Dias sugere a prorrogação dos financiamentos de custeio agrícola e pecuário

Alvaro cobra medidas para amenizar crise da agropecuária

Preocupado com a crise da agropecuária brasileira, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo medidas para amenizar a situação dos produtores rurais. A seu ver, o setor atravessa circunstâncias desfavoráveis como a política cambial, os baixos preços dos grãos no mercado internacional e problemas climáticos.

— O retorno é assegurado. É socorrer agora para ganhar depois — destacou.

Alvaro reivindicou a prorrogação dos financiamentos de custeio agrícola e pecuário e de investimento para as áreas atingidas pela seca, a liberação de recursos às cooperativas e aos fornecedores de insumos que financiam a produção agrícola, a criação de novas linhas de financiamento para a agricultura familiar e o refinanciamento de dívidas agrícolas.

O senador disse que o governo tem condições de socorrer os produtores, uma vez que conseguiu adiantar o pagamento de suas dívidas com o FMI e perdeu dívidas de US\$ 321 milhões de Moçambique e US\$ 100 milhões da Bolívia.

Homenagens a Dorothy Stang e à TV Senado

O Senado presta homenagem hoje, durante a sessão plenária, à missionária católica Dorothy Stang, assassinada em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu (PA). O requerimento é dos senadores petistas Ana Júlia Carepa (PA) e Sibá Machado (AC).

Americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy sofria ameaças de morte desde que começou atividade de apoio aos trabalhadores sem-terra na implementação de assentamentos adequados à conservação da Amazônia. Conforme apuração da Polícia Federal e da Polícia Civil do Pará, foi assassinada por pistoleiros contratados por fazendeiros da região.

TV Senado

O aniversário de dez anos da TV Senado também será lembrado em homenagem hoje. Criada em 5 de fevereiro de 1996 pelo então presidente da Casa, senador José Sarney, a TV surgiu como um canal direto e transparente de comunicação com o cidadão.

O sinal da TV cobre hoje todo o país, sendo levado pelas emissoras de TV a cabo, antenas parabólicas de tipo analógico e digital e pelo sinal aberto UHF. Ontem, o presidente Renan Calheiros anunciou a ampliação do alcance do emissora.

— Até o final do ano nós vamos transformar a TV Senado em tevê aberta, para que possamos cada vez mais sintonizar o Senado Federal com a população.



Valadares destaca a importância da restauração da navegabilidade do rio São Francisco

Valadares saúda aprovação de fundo ambiental na Câmara

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou, da tribuna, a aprovação, por comissão especial da Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC 524/02) de sua autoria que institui o Fundo de Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A matéria foi aprovada por unanimidade na forma de substitutivo do relator na comissão especial, deputado Fernando Ferro (PT-PE), e agora será discutida no Plenário da Câmara em dois turnos.

O valor anual estimado do fundo é de R\$ 250 milhões, com a participação da União, estados e municípios. O objetivo é financiar, durante 20 anos, projetos de reflorestamento das margens do rio, recuperação do leito, combate à erosão e ao assoreamento, além de obras de saneamento e tratamento de esgotos.

O parlamentar lembrou a necessidade da restauração da navegabilidade do rio, para viabilizar a implantação de empreendimentos comerciais e de turismo naquela região.

CPI promove diligência em São Paulo

A CPI dos Bingos promove hoje uma diligência em São Paulo para reconstituir o trajeto que o motorista Éder Eustáquio de Macedo fez levando Ralf Barquete, Vladimir Poletto e caixas de bebidas, com supostos dólares provenientes de Cuba para financiar campanhas eleitorais do PT. O requerimento para a reconstituição foi de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Os assessores da CPI, acompanhados pela Polícia Federal e pelo motorista Éder Eustáquio, sairão da sede da Superintendência da Polícia Federal, em São Paulo, às 9h30.

Em depoimento recente à comissão, o motorista negou ter transportado os dólares e disse desconhecer o teor da mercadoria transportada no veículo por Vladimir Poletto e Ralf Barquete. Já falecido, Barquete foi secretário de Fazenda de Ribeirão Preto na gestão do então prefeito Antonio Palocci, atual ministro da Fazenda.

Senadores terão acesso a auditoria do TCU

Os senadores aprovaram ontem requerimentos de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) no sentido de que o Senado tenha acesso às auditorias que estão em curso e às concluídas realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Fundação Banco do Brasil (FBB). O requerimento de Ana Júlia abrange o período de 1998 em diante e o de Antero Paes de Barros, a partir de 2003.

Foi igualmente aprovado requerimento de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que o TCU faça auditoria nas contas da empresa Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil, no período de 2003 em diante.



Soraia Garcia, ao lado de Efraim e Garibaldi, depõe mas não apresenta provas à CPI

Depoente reafirma acusação de caixa dois em campanha do PT

Em depoimento à CPI dos Bingos, a ex-funcionária do diretório do Partido dos Trabalhadores em Londrina (PR) Soraia Garcia reafirmou que o partido praticou caixa dois durante a campanha, em 2004, para a reeleição do prefeito petista Nedson Micheleti. O depoimento dividiu as opiniões entre senadores da oposição e do governo, principalmente porque a depoente não apresentou provas para sustentar a maioria das acusações.

– Os recursos da campanha eram quase 80% de caixa dois, tudo dinheiro vivo. Tinha até dinheiro mofado, com barata e mijo de rato. Tenho nojo de mim mesma por ter compactuado com isso por tanto tempo. Não tenho idéia de onde vinha esse dinheiro – afirmou a depoente, que disse ter contado manualmente, apenas em cédulas, R\$ 3,5 milhões durante os sete meses de campanha.

Em carta, Palocci explica viagem a Ribeirão

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), leu ontem carta do ministro Antonio Palocci, na qual reafirma que “utilizou os meios disponibilizados pelo PT” para fazer a viagem de ida e volta de Brasília para Ribeirão Preto em 23 de janeiro de 2003, com a finalidade de comparecer a um evento político-partidário. Ele reconheceu que, durante recente depoimento à CPI, usou “inadvertidamente uma imprecisão terminológica” ao afirmar que a aeronave fora alugada pelo PT.

De acordo com ela, a maior parte dos recursos era usada para pagamento de pessoal e de combustível. Soraia afirmou ter recebido salário em notas de R\$ 100 durante três meses e acrescentou que, dos R\$ 6,5 milhões utilizados para a campanha de Micheleti, apenas R\$ 1,3 milhão teria sido contabilizado como caixa um.

Conforme a depoente, Jaques Aparecido Dias, presidente do diretório do PT em Londrina, e Augusto Júnior, diretor financeiro da campanha de Micheleti, eram as pessoas que comandavam o esquema na prefeitura. Ambos são funcionários da Caixa Econômica e homens de confiança do prefeito, declarou.

Soraia Garcia informou ainda que os inquéritos da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre o caso estão paralisados há cinco meses por força de liminares judiciais.

“Sequer conheço os detalhes da organização da viagem pelo partido”, resumiu Palocci, ao garantir que não utilizou aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) e nem passagem custeada pelo governo por se tratar de um evento partidário. Os senadores Tião Viana (AC) e Flávio Arns (PR), ambos do PT, deram como encerrado o episódio. Já o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) insistiu em novo requerimento que solicita a Palocci a confirmação de outras declarações prestadas por ele à CPI.

Requerimento de convocação deve ser votado hoje pela CPI dos Correios. Comissão também vai decidir se chama o publicitário Duda Mendonça para novo depoimento

CPI poderá ouvir ex-diretor de Furnas na quarta-feira

O ex-diretor de Furnas Dimas Toledo deve depor na CPI dos Correios na próxima semana, provavelmente na quarta-feira. O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), voltou atrás em sua decisão de não investigar as denúncias de corrupção na estatal, pois, segundo ele, há acordo entre os partidos para apurar a suspeita de que aliados do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teriam recebido recursos de caixa dois em 2002.

– Se PSDB e PFL querem investigar, quem sou eu para resistir? – indagou.

Serraglio admite que o tempo é curto (a CPI encerra seus trabalhos em abril), mas disse que a comissão fará o que for possível e encaminhará o que não se concluir para as autoridades competentes. A possibilidade de prorrogação dos trabalhos, segundo o deputado, está descartada.

O requerimento de convocação de Toledo deve ser posto em vo-

tação na reunião de hoje, assim como o referente ao publicitário Duda Mendonça. Este, no entanto, conforme Serraglio, só será ouvido quando a CPI tiver acesso aos dados sobre sua movimentação bancária no exterior.

As informações que representantes da CPI foram buscar nos Estados Unidos, na semana passada, já estão em poder do Ministério Público. O colegiado aguarda apenas autorização da corte judicial de Nova York para o compartilhamento do sigilo.



Virgílio anuncia obstrução do PSDB e PFL a indicações de interesse do Executivo

Arthur Virgílio cobra manifestação de ministro sobre lista

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que o seu partido e o PFL votarão nas comissões contra qualquer indicação de interesse do Executivo para órgãos do governo enquanto o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não se pronunciar sobre a veracidade da suposta lista de doações de Furnas a campanhas eleitorais de políticos da oposição.

O senador registrou também insatisfação com os termos de carta em que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, contesta afirmações do empresário José Roberto Colnaghi – também em carta – à CPI dos Bingos sobre o aluguel de uma aeronave que o transportou de Brasília para Ribeirão Preto.

Virgílio afirmou que interessa no caso é descobrir quem mente, se Palocci ou o empresário. Ele se disse mais indignado do que outros senadores porque empenhou-se em poupar o ministro em função da normalidade econômica.

Tuma consulta PF sobre autenticidade de documento

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou, em discurso no Plenário, que entregará ofício à Polícia Federal consultando a instituição sobre a autenticidade da “lista de Furnas” – que aponta um grupo de mais de cem políticos, incluindo integrantes do PSDB e PFL, que teriam sido beneficiados irregularmente com recursos provenientes da estatal de energia elétrica.

A lista, que constituiria uma prova de que políticos da oposição também se utilizaram de caixa dois, vem causando muita polêmica. Há, por um lado, acusações de que o documento é falso e, por outro, afirmação de que haveria um acordo entre governo federal e oposição para “abafar” os escândalos sobre corrupção.

Romeu Tuma informou que se reuniu ontem com o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e que este se comprometeu em informá-lo sobre os detalhes das perícias que vêm sendo realizadas no documento.



Tuma diz que diretor da Polícia Federal se comprometeu a informar sobre perícia



Segundo José Jorge, reforma teria sido contabilizada como custo de manutenção

José Jorge critica instalação de bar no avião presidencial

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), repudiou a informação de que o governo teria autorizado a instalação de um bar no avião que serve ao presidente da República, no valor de R\$ 300 mil, e que seria contabilizada como manutenção. Ele afirmou que seu partido apóia o requerimento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solicitando informações ao ministro da Defesa e vice-presidente, José Alencar, sobre os valores gastos.

– A aeronave, apresentada à imprensa em 15 de janeiro de 2005, custou aos cofres públicos US\$ 56 milhões e já necessita de reforma? – indagou.

José Jorge disse que, segundo engenheiros da Aeronáutica, o custo de manutenção é alto pela necessidade de materiais especiais e de trabalho técnico qualificado. Oficialmente, a Aeronáutica nega a construção do bar e alega que apenas foram instaladas estantes para abrigar material dos comissários.



Trajetória do partido, "feita com luta e sofrimento", é lembrada por Suplicy

Suplicy comemora os 26 anos de fundação do PT

Em discurso ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou os 26 anos do Partido dos Trabalhadores. Lembrando que a fundação do partido ocorreu ainda no período da ditadura militar, em 10 de fevereiro de 1980, ele afirmou que "a história do PT é a história da redemocratização do Brasil".

Suplicy fez um breve relato da trajetória do PT, "feita de luta e sofrimento", lembrando que o partido levantou a bandeira dos direitos humanos "num período em que se conviveu com a tortura e a morte comandadas pelo aparelho repressivo do Estado". Ele citou a participação do partido em momentos como o das Diretas Já e sua contribuição para a organização de movimentos populares.



Sibá elogia política externa e criação de programas como o Bolsa-Família

Sibá destaca realizações do governo Lula

Sibá Machado (PT-AC) enalteceu ontem em Plenário as realizações do governo Lula. Com relação à política externa, adjetivou como "brilhante" a atuação do governo, destacando o empenho na tentativa de conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os êxitos na Organização Mundial do Comércio contra os subsídios ao açúcar e ao algodão, e a possível ampliação do Mercosul, com negociações para que a Venezuela se associe ao bloco.

Quanto às iniciativas internas, Sibá citou como bem-sucedidos o programa do biodiesel, as políticas para o ensino superior e o programa Bolsa-Família.

Os nomes de Murilo Rego e Décio Cunha foram aprovados pela CI para a direção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e serão submetidos ao exame do Plenário

Indicados para a Antaq querem recomposição da frota mercante

A recomposição da frota mercante de bandeira brasileira será uma das prioridades dos diretores indicados para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), cujos nomes foram aprovados ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). As mensagens que designam Murilo de Moraes Rego Corrêa Barbosa e Décio Mauro Rodrigues da Cunha para a diretoria do órgão serão agora encaminhadas ao Plenário. O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) elogiou o governo pelas indicações.

Atual consultor da Antaq, Cunha recordou que mais de 90% do comércio internacional do país é realizado por via marítima e que a frota brasileira é reduzida e tem idade média superior a 20 anos. Vice-almirante transferido para a reserva após 42 anos de serviço na Marinha, Moraes Rego, cuja indicação teve como relator Delcídio Amaral



Ao lado de Alberto Silva (D), Heráclito preside sabatina com Cunha (E) e Moraes Rego

(PT-MS), considerou estratégica a definição do "tamanho ideal" da frota nacional.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a conclusão das obras dasclusas de Lajeado (TO) e de Tucuruí (PA) e anunciou a intenção de propor a realização de audiência pública sobre o transporte hidroviário no país. Gerson Camata (PMDB-ES), relator da indicação de Cunha,

afirmou que barreiras ambientais atrasam a modernização dos portos e disse que João Batista Motta (PSDB-ES) deve propor a criação da "CPI do Não-Pode", para investigar por que não se pode, por exemplo, implantar o projeto de ampliação do porto de Santos (SP). Embargos ambientais também foram criticados por Alberto Silva (PMDB-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Comissão debate construção de hidrelétrica no PA

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, será debatida em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), segundo requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem. Entre os convidados estão os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do Meio Ambiente, Marina Silva.

A CI aprovou também requerimento de José Jorge (PFL-PE) convidando o presidente da Petrobras, José Gabrielli, para discutir a auto-suficiência na produção de petróleo.

Outro requerimento acolhido, de Jefferson Péres (PDT-AM), solicita a presença, na comissão, do presidente da Transpetro, Sérgio Machado, para explicar os motivos da realização do "maior concurso público da história da instituição". A empresa é subsidiária da Petrobras.

Presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI) anunciou que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, falará na terça-feira sobre a operação tapa-buracos.



Suplicy (E) e Arns, durante debate com Singer, Humberto de Oliveira e Márcio Portocarrero

Ministros devem participar de audiência sobre cooperativismo

Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, vão se reunir hoje com o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), para discutir sugestões destinadas a atualizar o sistema cooperativista nacional. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente da CRA, Flávio Arns (PT-PR), após reunião com especialistas e representantes do governo, promovida pelo grupo de trabalho criado com a finali-

dade de instruir os projetos de lei que dispõem sobre cooperativas.

O encontro, presidido por Arns, contou com a presença dos secretários de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Márcio Portocarrero, e de Desenvolvimento Territorial, Humberto de Oliveira.

Os projetos – PLS 171/99, de Osmar Dias (PDT-PR), PLS 428/99, do então senador José Fogaça (RS), e PLS 605/99, de Eduardo Suplicy (PT-SP) – têm votação prevista para terça-feira, na CRA. Demostenes Torres (PFL-GO) é relator das matérias, que tramitam em conjunto.



Jefferson Péres cobra intervenção do Congresso na solução do problema

Sucateamento das Forças Armadas preocupa Jefferson

O sucateamento das Forças Armadas brasileiras, relatado pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em recente audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), levou Jefferson Péres (PDT-AM) a cobrar uma "intervenção enérgica" do Congresso. O assunto também foi tratado no artigo "Forças Desarmadas", escrito por Jefferson para um jornal de Manaus do qual é colaborador.

De acordo com o senador, a situação deplorável e inaceitável descrita pelos comandantes militares causou espanto e preocupação. Ao ler trechos do artigo ontem em Plenário, o parlamentar observou que o Exército possui canhões da 2ª Guerra, uma frota de veículos com, em média, 20 anos e blindados pesados com cerca de 30 anos de uso. Canhões antiaéreos inexistem, observou, e o estoque de munição só responde por 15% das necessidades.

Parlamento do Mercosul comemora 15 anos do bloco

O presidente da seção brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), reuniu-se na terça-feira com o presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Carlos Cachó Alvarez. O objetivo foi acertar a realização de sessão especial do Parlamento do Mercosul, no dia 27 de março, em Buenos Aires, para comemorar os 15 anos de criação do Mercosul.

Zambiasi defendeu a ampliação do Mercosul para "redimensionar o projeto de integração" que, disse, deve resultar na unidade dos países da América do Sul. Para Alvarez, o evento será uma forma de "demonstrar a vontade política dos países-membros de fortalecer o Mercosul".

Os presidentes dos Legislativos Nacionais dos países que integram o bloco deverão participar da sessão especial.



Região Sul sofreu prejuízos causados por catástrofes climáticas, salienta Pavan

Pavan protesta contra exclusão da região Sul

Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra a exclusão da região Sul nos projetos que visam repactuar dívidas de pequenos agricultores ou alocar recursos para cobrir situações de emergência causadas por alterações climáticas, como a seca. Ele disse que propostas nesse sentido que tramitam no Congresso geralmente beneficiam somente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para o senador, o Sul pode ser mais rico, mas também é suscetível a intempéries, tendo sofrido prejuízos causados por secas, enchentes e temporais, que, ressaltou, deixaram na falência muitos agricultores devedores de financiamentos.



Para César Borges, Lula quer realizar agora o que não fez nos últimos três anos

César Borges aponta "viés eleitoral" em ações do governo

O senador César Borges (PFL-BA) acusou o governo Lula de lançar "projetos eleitorais", como o pacote da construção civil, com o objetivo de se recuperar da má fase iniciada com as denúncias de corrupção em seu partido. Ele disse que os investimentos em infra-estrutura evoluíram muito pouco no atual governo e que agora, em seu último ano, parece que Lula "deseja realizar tudo o que não fez nos três anos anteriores". O parlamentar lembrou que Lula assumiu o compromisso de implementar mudanças no país e nas práticas políticas, afirmando que as denúncias de corrupção no PT vieram desmentir tal intenção.

Empresas que trabalhem com importação ou exportação poderão manter, no Brasil, conta em moeda estrangeira proveniente de suas operações comerciais



Na solenidade, Renan (à esquerda) avalia benefícios da proposta elaborada por ele em parceria com Fernando Bezerra (ao centro)

Senadores lançam projeto para desburocratizar câmbio

Mais um passo foi dado, ontem, em favor da desburocratização da economia e do desenvolvimento sustentável, neste caso na área de importação e exportação. Em cerimônia na Presidência do Senado, foi lançado o projeto de lei de reforma cambial, elaborado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN). A proposta permite que empresas que trabalhem com importação e/ou exportação mantenham contas bancárias em moeda estrangeira no Brasil para pagamento e recebimento na mesma moeda.

A proposta altera dois pontos fundamentais da atual política cambial do país. No primeiro, acaba com a exigência de que toda empresa ou pessoa que receber pagamentos do exterior tenha que vender necessariamente

os dólares (ou outras moedas) ao Banco Central. Se a empresa ou a pessoa quiser ficar com a moeda estrangeira, bastará abrir uma conta em um banco autorizado pelo BC. Ela nunca poderá sacar os dólares, mas os usará para pagar importações ou fazer investimentos no Brasil ou no exterior. A terceira alternativa é receber o equivalente em reais.

Segundo ponto central: permitirá a "compensação cambial". Ou seja, um exportador poderá usar os dólares para pagar suas importações. Hoje, o exportador é obrigado a vender os dólares ao BC em até 210 dias e, se for importar alguma coisa, tem de fazer outra operação cambial, para comprar os dólares. O projeto contém ainda ressalvas para evitar danos ao país em caso de crise cambial.

Estiveram presentes à solenidade os presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro; da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto; e o representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Flávio Benatti, além de vários empresários e parlamentares.

Renan Calheiros afirmou que a nova ordem mundial exige, especialmente dos países em desenvolvimento, constantes remodelagens e adaptações. Para Fernando Bezerra, a atualização das leis que regulamentam o mercado de câmbio no país faz parte da busca de soluções para o excesso de burocracia nas relações entre os cidadãos, as empresas e as entidades estatais.

Heloísa quer debate amplo sobre mudança na legislação cambial

Ao manifestar-se contra o projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN) que altera a legislação cambial do país, Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a realização de audiências públicas para debater o assunto com profundidade. Ela informou ter assinado um requerimento, junto com Arthur Virgílio (PSDB-AM), propondo a convocação dessas reuniões, e

o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Luiz Otávio (PMDB-PA), antecipou que a proposta da senadora será acolhida pelo colegiado.

Um dos pontos do projeto criticados por Heloísa é o fim da obrigatoriedade de o exportador vender os dólares da exportação ao Banco Central em 210 dias. Se a proposta for aprovada, ele poderá abrir uma conta em dóla-



Heloísa diz ser necessário discutir a proposta em audiências públicas

res em qualquer banco privado, e só vendê-los quando precisar do dinheiro. Para Heloísa, tal medida vai aumentar a especulação.



João Alberto quer TCU e Congresso examinando destinação do imposto

João Alberto propõe fiscalização da Cide pelo TCU

João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu apoio, ontem, para a proposta de emenda à Constituição que determina a fiscalização, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso, da aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O imposto incide sobre o preço dos combustíveis e, por lei, deve ser usado na recuperação da malha rodoviária nacional. A matéria (PEC 70/05) é de autoria do senador e, se for aprovada, a retenção dos recursos da Cide ou a aplicação em fins diferentes daqueles previstos constituirá crime de responsabilidade por parte dos dirigentes do Poder Executivo.



Ney Suassuna lê carta com pedido de ajuda enviada por produtor rural

Suassuna alerta para estiagem que afeta paraibanos

Ney Suassuna (PMDB-PB) leu ontem, em Plenário, carta que recebeu de um produtor rural do município paraibano de Itaporanga, pedindo providências que aliviem o quadro de necessidades causado pela forte estiagem na região. Pauloneir Neves de Araújo, o autor da carta, classificou a atual seca de "devastadora", especialmente pelo baixo volume de chuvas do ano passado.

"Existe um clima de desespero entre criadores e agricultores do sertão. Fazemos um apelo por alguma assistência para essa gente condenada a passar uma vida de trabalho e fome", diz um trecho da carta lida pelo senador.

Presidente do Senado afirma que permissão para empresas produzirem material radioativo vai tornar exame mais acessível e ajudar a salvar milhares de vidas



Observado por Renan (no centro) e convidados, Bornhausen destaca importância da quebra do monopólio sobre radioisótopos

Emenda derruba barreira ao diagnóstico de doenças

A emenda constitucional que quebra o monopólio da União sobre radioisótopos para uso médico, agrícola e industrial foi promulgada ontem pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão presidida pelo senador Renan Calheiros. O objetivo é permitir o maior emprego de modernas tecnologias de medicina nuclear na detecção, em estágio inicial, do câncer, de problemas cardíacos e de doenças inflamatórias, metabólicas e infecciosas.

A mudança permite que, sob regime de permissão, sejam autorizadas a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas, usados nos diagnósticos.

O primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), argumenta na justificativa que, apesar do trabalho intenso da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), as necessidades da qualidade da assistência à saúde no país vêm esbarrando na incapacidade do órgão de propiciar os insumos necessários

à demanda existente.

Um dos oradores da sessão, o senador enfatizou a importância da tecnologia PET (tomografia por emissão de pósitrons) na detecção precoce de doenças. Bornhausen estava acompanhado de sua mulher, Dulcinha, que teve a vida salva por essa técnica, nos Estados Unidos, quando o recurso ainda não estava disseminado no Brasil.

Por sua vez, Renan considerou a promulgação da emenda mais uma demonstração da responsabilidade do Legislativo perante o país e a população brasileira. Ele definiu como "revolucionário" o uso de radioisótopos no diagnóstico de câncer, explicando que a tomografia por emissão com esses elementos diminui consideravelmente a margem de erro do diagnóstico de tumores cancerígenos, aumentando as chances de cura do paciente.

O presidente do Senado disse que esse tema, à primeira vista, estritamente técnico e científico, na verdade representa um avanço significativo na medicina e pode salvar a vida de milhares

de pessoas.

Renan destacou que a participação de empresas particulares na produção e na comercialização de material radioativo para fins médicos vai baratear o exame com radioisótopos e torná-lo acessível a um número muito maior de pacientes, inclusive na rede pública de saúde.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que iniciativas legislativas como essa emenda constitucional são a resposta adequada àqueles que desdenham da relevância da vida pública neste momento de crise política e institucional que o Brasil enfrenta. Para o parlamentar, a promulgação da emenda foi um convincente exemplo do que o Poder Legislativo pode fazer pelo bem do Brasil e da Humanidade.

Estiveram presentes, entre outros, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edison Andrade; o presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, José Carlos Almeida; e a representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia Valéria Guimarães.

Projetos beneficiam vítimas da talidomida

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou dois projetos que beneficiam vítimas da talidomida, droga que "causou efeitos cruéis e dramáticos no mundo todo". Ele disse que as propostas atendem a pleitos de portadores de deficiência causada pelo medicamento.

Maciel explicou que os projetos (PLS 8/06 e PLS 19/06) esta-

belecem critérios diferenciados para concessão de aposentadoria a pessoas com a síndrome da talidomida.

O parlamentar também lembrou que a Campanha da Fraternidade deste ano, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem como tema as pessoas portadoras de deficiência.

Agentes de saúde poderão ser contratados sem concurso público

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a contratação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias por seleção pública, em vez de concurso, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A matéria segue para promulgação.

Ao encaminhar voto favorável à aprovação da proposta (PEC 7/06), o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que a proposta, que tramitava no Congresso desde 1997, estabelece que o agente tem que morar na comunidade por pelo menos dois anos, de modo a conhecer a população e ser conhecido por ela. Na opinião do líder, a PEC, que tem como primeiro signatário o deputado Maurício Rands (PT-PE), estaria apenas regularizando uma situação já existente.

O único voto contrário foi de Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), que disse não aceitar que se desrespeitasse um princípio constitucional, como é o instituto do concurso público.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou o relator da proposta, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), por sua insistência em incluir a matéria na pauta da convocação extraordinária.

Em seu relatório, aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ), Rodolpho Tourinho lembrou que, atualmente, as formas de contratação desses agentes – que já somam cerca de 300 mil em todo o Brasil – têm sido precárias e insatisfatórias.

– Há a necessidade de enfrentar o desafio de buscar saídas para a situação desses agentes, já que as diversas modalidades de contratação ou contribuem para manter um quadro de prevalência de relações informais de trabalho ou são inadequadas – sustentou.

Mesmo votando a favor, vários senadores defenderam uma regulamentação precisa do projeto, para evitar que ele venha a ganhar conotação política e seja utilizado como forma de contratação irregular.



Antes de ir a Plenário, parecer de Tourinho (terceiro à direita) foi acolhido pela CCJ

Tourinho saúda aprovação da PEC e destaca importância para o país

Relator da proposta que permite a contratação de agentes de saúde por seleção pública, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) agradeceu o empenho do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em agilizar a tramitação da matéria. Tourinho destacou a importância da aprovação da emenda constitucional.

– A matéria é de fundamental importância para a saúde pública, além de trazer a tranquilidade para os cerca de 300 mil agentes de todo o país que hoje possuem um vínculo de trabalho precário – sustentou.

Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que, apesar de defender a realização do concurso para funcionários públicos, considerava inadequado esse tipo de seleção no caso de

agentes de saúde. Já Leonel Pavan (PSDB-SC) lembrou que, quando prefeito de Balneário Camboriú (SC), determinou que os agentes de saúde promovessem também ações para integrar as famílias.

João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou sua posição favorável à proposta e Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizou os deputados Walter Pinheiro e Maurício Rands e os agentes de saúde por sua luta pela aprovação da matéria. Romeu Tuma (PFL-SP) também destacou a relevância do trabalho do agente comunitário de saúde na zona rural.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), que havia pedido o adiamento da votação para análise de sua constitucionalidade pela CCJ, reconsiderou sua posição, dando seu voto pela aprovação da PEC.



Propostas de Maciel estabelecem critérios diferenciados para aposentadoria